



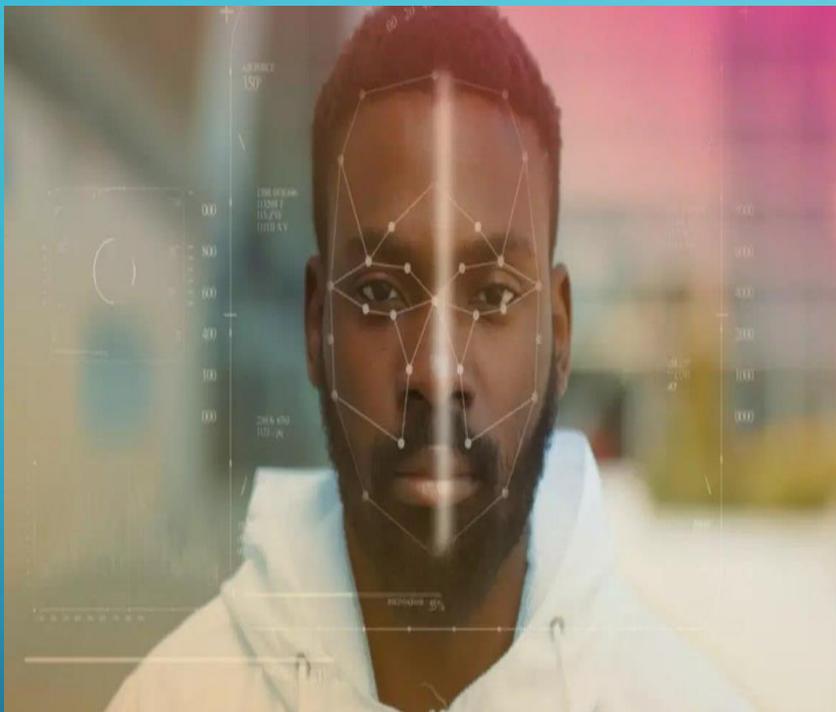
# **COLONIALIDADE DIGITAL: ESBOÇO DE UMA PROPOSTA DE CONCEITUAÇÃO E DE POSSÍVEIS CAMINHOS DE DE/CONTRACOLONIALIDADE TECNOLÓGICA**

**Antonino Condorelli**

**Doutor em Ciências Sociais**

**Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

# É UM ESTUDO TEÓRICO QUE SE PÕE O PROBLEMA DE COMO PENSAR O LUGAR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA MODERNIDADE EURO/BRANCOCÊNTRICA E DE SEU MAIOR SISTEMA DE REGULAÇÃO BIONECROPOLÍTICA, O CAPITALISMO GLOBALIZADO



## HIPÓTESES:

- O colonialismo digital pode ser pensado, além de como configuração atual do modo de produção capitalista (Faustino & Lippold, 2023), como elemento da universalização do bionecropoder ocidente-brancocêntrico moderno e de sua ontoepisteme tecnológica (Hui, 2020): a expressão contemporânea mais global da colonialidade do poder (Quijano, 2000), do saber (Mignolo, 2003) e do ser (Maldonado-Torres, 2007), ou *colonialidade digital*.
- Pluriversalizar (Kothari et al., 2021) as cosmotécnicas (Hui, 2020) ou ontoepistemes tecnológicas a partir de uma multiplicidade de sujeitos coletivos insurgentes exercendo autonomia e democracia de base, em alternativa ao dar novos usos e lógicas a tecnologias digitais modernas, pode ser um caminho produtivo de de/contracolonialidade digital.

## OBJETIVOS

- Explorar as implicações do conceito de colonialismo digital (Faustino & Lippold, 2023) para pensar as formas contemporâneas de acumulação de capital e suas imbricações com o racismo.
- Pôr em diálogo a ideia de colonialismo digital com a de monotecnologia (Hui, 2020), com a de universalização do bionecropoder moderno apontada por pensamentos críticos africanos e afrodiaspóticos (Biko, 1990; Modiri, 2021; Fanon, 2005; Moura, 2019; Carneiro, 2005; Césaire, 2020) e com o conceito de colonialidade (Quijano, 2000; Mignolo, 2003, Maldonado-Torres, 2007).
- Pôr em diálogo o conceito de cosmotécnicas (Hui, 2020) com experiências de lutas emancipatórias do Sul Global.

# COLONIALISMO DIGITAL: O ESTÁGIO CONTEMPORÂNEO DO CAPITALISMO GLOBALIZADO

Faustino e Lippold (2023) propõem pensar o colonialismo digital como a configuração do estágio contemporâneo do modo de produção capitalista.

“Esse novo arranjo técnico produtivo subsume cada vez mais a vida humana, o ócio, a criatividade, a cognição e os processos teleológicos às lógicas extrativistas, automatizadas e panópticas do colonialismo digital. Não se trata, aqui, de simples alteração dos ritmos de vida ou mesmo da percepção humana em decorrência da introdução de novas tecnologias, como poderia se presumir, e sim da manipulação intencional da cognição humana por grandes corporações empresariais a partir dessas tecnologias com vistas à ampliação da acumulação de capitais.” (Faustino & Lippold, 2023, p. 95)



Essa forma contemporânea de colonialismo se sustenta no processo de *acumulação primitiva de dados*: a subsunção de todas as esferas da experiência humana para a lógica extrativista e a commodificação dessa experiência na forma de *dados* (extração de elementos diferenciais – informação – de um ambiente de interação e identificação de padrões matemáticos em grandes volumes da informação assim produzida), visando a manipulação algorítmica da cognição e dos comportamentos com vistas à ampliação da acumulação de capital, concentrada em grandes corporações digitais ou Big Tech.

A essa fase do capitalismo globalizado corresponde uma divisão internacional do trabalho que reduz as populações dos países periféricos a mero território de predação extrativista e receptáculo de tecnologias produzidas nos países centrais, cujas lógicas e modos de operação são estruturados a partir dos interesses e valores desses últimos. Essa divisão do trabalho produz um novo cognitariado global, trabalhadoras e trabalhadores altamente explorados dos setores de gerenciamento da economia plataformizada, e um novo precariado ligado à plataformização de serviços, o primeiro concentrado especialmente em países periféricos e o segundo composto, tanto nos centros quanto nas periferias do capitalismo global, essencialmente por pessoas racializadas



A expansão colonial digital é sustentada e está atrelada a uma ideologia e um discurso de ‘universalização’ do acesso à internet e a serviços e tecnologias digitais promovido pelas grandes corporações tecnológicas e informáticas para legitimar seus mega investimentos no Sul Global. É uma ideologia que revitaliza as ideias de ‘missão civilizadora’ e ‘fardo do homem branco’ do colonialismo histórico europeu e que, por isso, Faustino e Lippold (2023) batizaram de *fardo do nerd branco*.

Esse discurso está amalgamado ao pensamento dominante no universo da tecnologia, uma ideologia que mistura elementos antiestatistas da contracultura branca da costa Oeste dos Estados Unidos com utopias tecnológicas pós e transumanistas e liberalismo econômico. Uma perspectiva que oblitera que a ‘libertação tecnológica’ do ser humano (branco) precisa da exploração de mão de obra barata e não-sindicalizada racializada do resto do mundo para a insalubre e desgastante fabricação de chips e outras peças necessárias ao funcionamento de dispositivos digitais, para a supervisão do trabalho algorítmico, para a execução do serviço de entregas ‘facilitado’ por aplicativos digitais etc., assim como para a extração de minerais essenciais à produção de determinadas peças e dispositivos



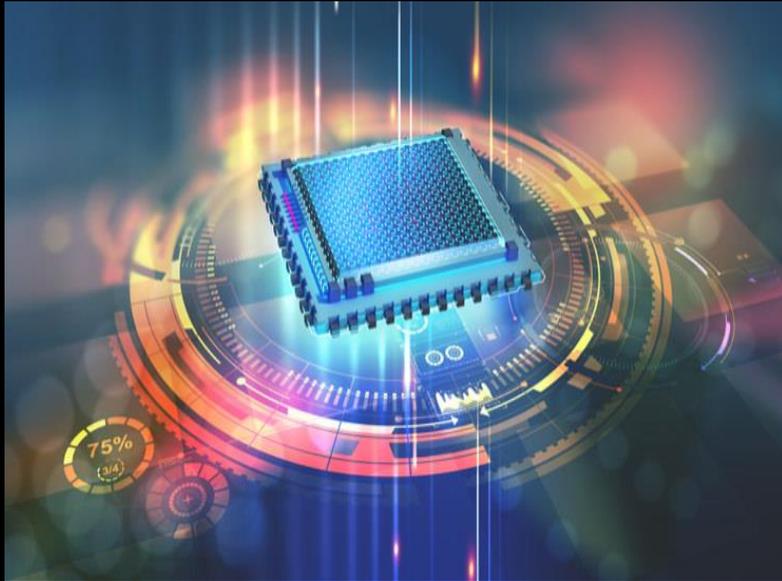
Por não ser possível pensar os modos de exploração e apropriação de valor capitalistas desatrelados do racismo, como apontado por Fanon (2005), Faustino e Lippold (2023) propõem pensar o que chamam de *racialização digital* como uma das principais características do colonialismo digital.

O principal, mas não único dispositivo da racialização digital é o racismo algorítmico, um “sistema de práticas contra pessoas racializadas que privilegiam e mantêm poder político, econômico e cultural para os brancos no espaço digital” (Silva, 2021, p. 130). Através deste e outros dispositivos de controle (ausência de diversidade entre os cargos técnicos de empresas de programação, escassez de pesquisadoras e pesquisadores de tecnologias digitais racializados, entre outros), mesmo em um mundo onde a *condição negra* se universaliza – como sustenta Mbembe (2018) – e todas e todos somos reduzidos a mercadoria, a racialização digital define quais corpos-mercadoria são descartáveis e quais não podem ser reduzidos a essa condição.

# MONOTECNOLOGIA, BIONECROPODER MODERNO E COLONIALIDADE DIGITAL

Penso que refletir sobre a emancipação dos povos e grupos subalternizados pela fase contemporânea do capitalismo através (também) de tecnologias digitais implique em pensar além do colonialismo digital, para compreendê-lo como parte de um mais amplo processo/projeto moderno de dominação bionecrotecnopolítica.

O movimento que proponho é pensa-lo como elemento da universalização do bionecropoder ocidente-brancocêntrico moderno e de sua ontologia e episteme tecnológicas, que Hui (2020) define como monotecnologia. Não sugiro pensar em um poder abstrato e universalizante desvinculado da materialidade das relações globais de produção, nem reduzir expressões de bionecropoder moderno e a ontoepisteme que o sustenta a reflexos superestruturais das primeiras, mas de conceber um e as outras como coemergentes. O projeto moderno encontra no colonialismo digital seu mais eficaz modo de regulação contemporâneo, mas é um projeto de dominação cosmológica: a imposição – através de sua universalização – de *um* modo (internamente múltiplo, complexo e plurifacetado, mas sustentado em axiomas fundantes transcendentalizados) de produzir e organizar o mundo.



A episteme que formula a tecnologia como “a exteriorização da memória e a superação da dependência dos órgãos” (Hui, p. 25), pressuposto aproblemático da multiplicidade de epistemologias modernas de tecnologia, operou - por meio de sua universalização promovida pelo colonialismo europeu e pelo capitalismo - uma sincronização do tempo histórico definido pela aceleração da tecnologia produzida (e encarnada) por ela, tornando-se um universal tecnológico, uma compreensão e configuração única – assumida/essencializada como natureza inerente – da tecnologia: uma *monotecnologia* (Hui, 2020). A pretensa superação do dualismo ontológico entre humano e máquina e entre natureza e tecnologia operada pela cibernética criou um novo universal ontotecnopistêmico que encarna a pretensão moderna de controle racional instrumental totalizante e universalista do mundo humano e não-humano.



“O pensamento cibernético ainda é um pensamento totalizante, já que visa absorver o Outro em seu interior – como a lógica hegeliana, que vê a polaridade não como oposicional, mas como motivação para uma identidade sintetizada. (...) A complexificação da lógica cibernética leva, finalmente, à totalidade absoluta.” (Hui, 2020, p. 122).

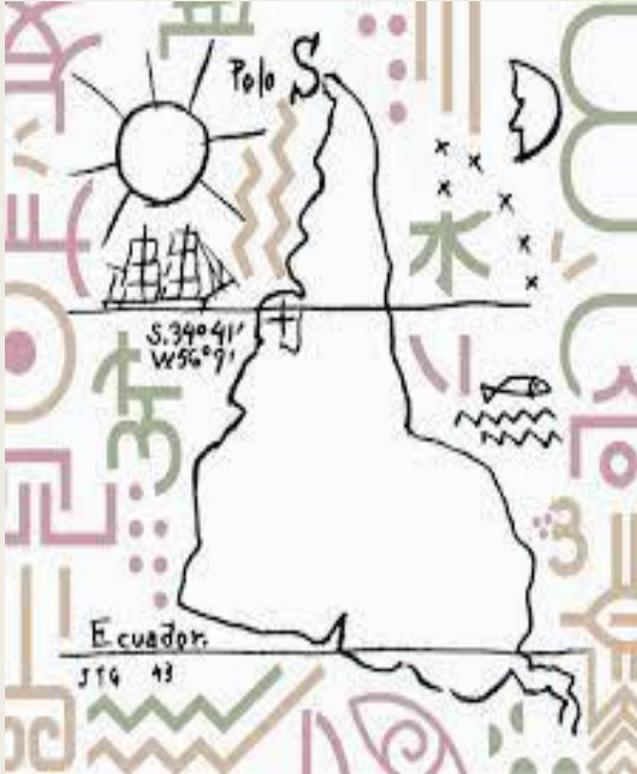


As tecnologias digitais de comunicação operadas por inteligência artificial são a encarnação dessa ontoepisteme monotecnológica totalizante, sintetizada pelo pensamento cibernético, e sua disseminação pervasiva em todo o planeta e nos mais diferentes âmbitos da vida e as mais diversas esferas do social pelo capitalismo globalizado, em sua configuração contemporânea de colonialismo digital, é hoje a maior força propulsora da sincronização do tempo global e da universalização ontotecnopistêmica do modo de organização do real da modernidade euro/brancocentrada.

Essas tecnologias não carregam apenas interesses e valores dos atores que se beneficiam do colonialismo digital: elas encarnam o modo ocidental de conceber e produzir/organizar o mundo, sua ontoepisteme monotecnológica e, assim, são agentes de (re)produção e exercício do bionecropoder moderno ocidental-brancocêntrico.

Birhane (2021) mostra que, em todo o continente africano, inteligências artificiais são concebidas a partir das mesmas lógicas e pressupostos axiomáticos das (e em função da articulação com as) tecnologias das Big Tech do Vale do Silício: um exemplo de que um modo pretensamente universal de produzir e entender conhecimento, aprendizado, ‘solução de problemas’ está se impondo globalmente via tecnologias digitais.

A crítica de Hui vai na mesma direção quando aponta que o “poder da inteligência artificial se baseia na redução do mundo a modelos computacionais” (Hui, 2020, p. 174), um dos sonhos dos primeiros séculos da modernidade ocidental que parece ter sido tornado possível pelos sistemas cibernéticos. Um processo que reduz a ideia de *inteligência* a algo que pode ser computado, “na medida em que se refere a coisas concretizáveis por meio de aparatos digitais” (Hui, 2020, p. 178), ou seja, algo que é “enumerável de forma discursiva” (Hui, p. 178) e que é apenas *um* dos múltiplos aspectos da (tão pouco conhecida) inteligência, e que disfarça disfarça sob uma capa aparentemente ‘neutra’ e ‘técnica’ de ‘processamento de dados’ o caráter inerentemente racista, patriarcal, hierarquizante de vidas, epistemicida, extrativista e todas as demais dimensões inerentes à versão dominante do projeto moderno que as ‘soluções’ de inteligência artificial carregam.



Pensamentos críticos afrodiaspóricos (Fanon, 2005; Moura, 2019; Carneiro, 2005; Césaire, 2020) e africanos (Biko, 1990; Modiri, 2021) apontam a tendência do projeto moderno (em suas múltiplas versões, vetores e tensões internas) a impor – pela universalização de seus axiomas, sua razão, seus princípios, suas lógicas, suas práticas e suas tecnologias – os modos de organização do real da modernidade (internamente diversificados, mas sustentados pelos mesmos axiomas) em escala planetária.

Os estudos decoloniais (desenvolvidos por intelectuais brancos latino-americanos) sistematizaram essas e outras perspectivas de pensamentos e tradições de ativismo do Sul Global no conceito de colonialidade (Quijano, 2000; Mignolo, 2003; Maldonado-Torres, 2007), entendido como o regime de lógicas e de dispositivos de produção e organização de relações de poder e de saber que - configuradas pelo colonialismo histórico europeu - continua estruturando as relações entre grupos humanos, a ideia de humano e suas relações com o não-humano, as relações entre modos de vida e de organização do real, as relações entre saberes e a produção de subjetividades no sistema-mundo contemporâneo.

Pelo fato da cada vez mais pervasiva participação das tecnologias digitais operadas por inteligência artificial – através do capitalismo globalizado em seu atual estágio de colonialismo digital - na configuração do social e da biosfera ser fator constitutivo da (re)produção dessas relações e de suas lógicas fundantes, proponho pensar esse processo como *colonialidade digital*, que concebo como a configuração contemporânea – sustentada pela ontoepisteme monotecnológica moderna - da colonialidade do poder (Quijano, 2000), do saber (Mignolo, 2003) e do ser (Maldonado-Torres, 2007).



# OUTRAS TECNOLOGIAS SÃO POSSÍVEIS: CAMINHOS PARA PENSAR DE/CONTRACOLONIALIDADE DIGITAL



Como pensar a emancipação das tecnologias digitais que encarnam a universalização monotecnológica e perpetuam, intensificam e aprofundam as hierarquias de seres e saberes, as dinâmicas de predação planetária, de exploração do trabalho, de marginalização de corpos racializados e outras formas de controle e (re)produção do bionecropoder moderno?



Fanon (2005) foi um dos primeiros a analisar a relação umbilical entre tecnologias e projeto colonial, a compreender o lugar político das primeiras na efetivação do segundo, assim como seu caráter não apenas não neutro, mas inerentemente colonialista e racista

À luz do pensamento fanoniano, Faustino e Lippold (2023) defendem que torna-se imperativo para um projeto de descolonização tecnológica retirar o controle sobre a concepção, a produção, a configuração, a distribuição e o uso das tecnologias digitais dos atores que atualmente o detém (Big Tech, startups, grandes corporações das telecomunicações, grandes corporações do capitalismo de plataforma, instituições privadas de pesquisa, alguns governos) e transferir esse controle para sujeitos políticos coletivos auto-organizados.



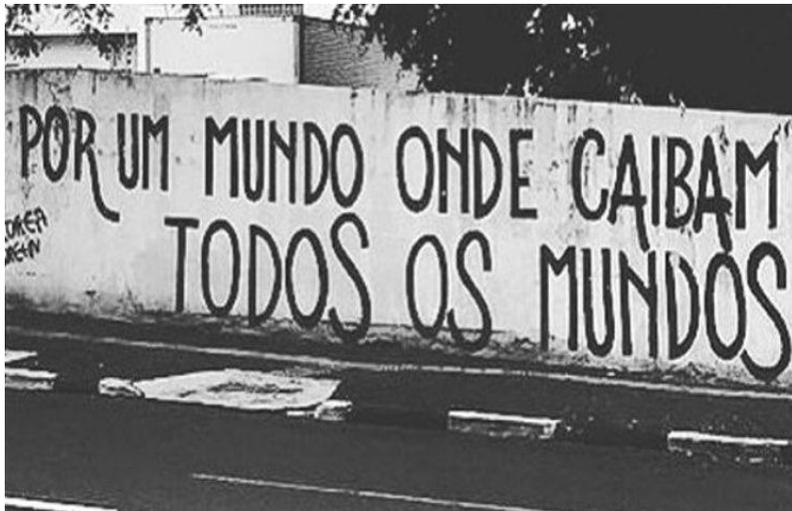
Penso que se trate de um passo necessário, mas ainda insuficiente para uma *decolonização* digital, que à luz da concepção esboçada de colonialidade digital entendo não somente como redefinição das lógicas e modos de uso das tecnologias a partir dos objetivos de grupos subalternizados (*descolonizar*), mas – em sintonia com o que defende Hui (2020) – como multiplicação das ontoepistemes tecnológicas: *decolonizar* como pluralizar as *condições de possibilidade* (modos de produzir/organizar o real, de conceber/configurar o humano e o não-humano – ou a ausência de noções duais como estas -, de articular mundos) de onde emergem tecnologias, para além da monotecnologia moderna.

*Decolonizar* as tecnologias digitais não implica tanto em dar a elas novos usos e nem mesmo recriá-las sob novas concepções ou lógicas, enquanto as condições para imaginar essas lógicas forem definido pela monotecnologia: implica, sobretudo, em liberar múltiplos modos de pensar *o que é tecnologia*, em liberar/(re)criar múltiplas cosmologias que façam emergir suas próprias cosmotécnicas (Hui, 2020) enraizadas nos pensamentos, as práticas, as vidas e as lutas dos grupos e povos subalternizados pelo sistema-mundo moderno.

Essa perspectiva vai ao encontro da ideia de contracolonialidade do intelectual quilombola de Nêgo Bispo, que a entende como uma prática de recuperação e recriação de epistemes, formas de vida e conhecimentos apagados pelo colonialismo, como uma oposição político-cosmológica à modernidade que se recusa a adotar os termos definidos por esta para pensar e construir alternativas de emancipação para os povos que a própria modernidade inferiorizou (Bispo dos Santos, 2020).



A proposta de de/contracolonização tecnológica e digital como desconstrução da monotecnologia e pluralização das tecnoepistemes vai ao encontro ao conceito de *pluriverso* (Kothari et al., 2021), não entendido como reconhecimento multiculturalista/liberal da existência de muitos modos de viver, mas como perspectiva política emancipatória que assume que a construção de formas de vida alternativas aos modos de subjetivação e de organização de relações fundados no capital, no cisheteropatriarcado e no racismo – expressões do bionecropoder moderno – se produz em uma miríade de experiências, práticas, projetos, formas de construção de autonomia, insurgências que questionam de diversas maneiras, desde diversos lócus ontológicos e epistêmicos, a modernidade euro/brancocêntrica (Baschet, 2021a).



Entre as inúmeras experiências do Sul Global que se opõem ao capitalismo globalizado, destaco duas que me parecem apontar caminhos promissores para pensar possibilidades de de/contracolonização digital. Uma é a do movimento zapatista do estado de Chiapas, no México, que se propõe a construir, em um cotidiano totalmente coletivo, novas formas de vida desvencilhadas do capital e dos demais sistemas de opressão da modernidade, articulando elementos emancipatórios encontrados em ancestralidades indígenas, traços emancipatórios da própria modernidade, princípios e práticas emancipatórias diversas originadas de fecundas trocas com outras experiências pelo mundo inteiro em devires múltiplos e nunca cristalizados em formas definitivas, rofundamente enraizados localmente, mas dialogando, se articulando e pensando globalmente (Baschet, 2021b).

A outra é a praxe de auto-organização popular do *Abahlali baseMjondolo* (Movimento de Moradoras e Moradores de Barracos), o maior movimento social popular da África do Sul pós-apartheid, que em sua luta por terra e moradia para a população negra pobre produziu uma *política da vida* (Pithouse, 2008) que recusa abstrações e dogmas, é construída na prática diária de democracia de base e enraizada no pensamento que emerge da experiência de construção (mesmo em condições extremamente precárias) de formas de vida e de organização comunitária radicalmente democráticas e - tanto quanto possível em circunstâncias de marginalização e exclusão do acesso à terra - não centradas em pressupostos coloniais (Gibson, 2011).





O que essas experiências apontam é que pensamentos e, portanto, também cosmotécnicas capazes de emancipar das imposições modernas/coloniais os povos subalternizados surgem da experiência cotidiana, coletiva de luta e construção de mundos a partir de baixo, da criação de formas de vida, modos de produção, saberes e modos de ser não-capitalistas e não-coloniais pelo exercício da autonomia popular. Experiências de onde podem surgir não só novas tecnologias, mas *novos modos de ser da tecnologia*, novos arranjos cosmo-tecno-epistêmicos, assim como novos modos de ser do humano, da terra, da biosfera, da inteligência (a partir das quais elaborar, quem sabe, inteligências não-humanas – termo melhor do que ‘artificiais’, pois tudo o que é possível é natural – não baseadas na razão instrumental branca).

Por último, acredito que pensar uma de/contracolonização tecnológica numa perspectiva zapatista e *abahlalista* signifique não apenas retirar as tecnologias do controle do capital para propor uma nova arquitetura digital global não capitalista (que reintroduziria o universalismo moderno, cristalizando inevitavelmente nas mãos de alguns o controle das condições de possibilidade do digital), mas pulverizar/pluriversalizar a arquitetura global em múltiplas microteias locais, controladas por sujeitos coletivos em diálogo e trocas permanentes.



# CONCLUSÃO



Tracei o esboço conceitual de uma compreensão da colonialidade digital como a (re)produção incessante pelas tecnologias digitais contemporâneas, que o capitalismo globalizado - em sua configuração atual de colonialismo digital – tornou parte constitutiva das sociedades e da biosfera, das hierarquias e dos modos de produzir e organizar o real da modernidade euro/brancocentrada, encarnando e impulsionando a universalização da ontoepisteme monotecnológica e do bionecropoder modernos. A partir dessa conceituação, propus a construção de saberes tecnológicos e modos de ser de tecnologias digitais não-modernos e não-capitalistas pelo exercício da autonomia popular e de democracia de base como caminhos abertos e pluriversais de libertação tecnológica.

Penso que essa perspectiva abra caminhos de reflexão que não couberam no escopo deste trabalho, assim como caminhos de pesquisa relevantes para pensar de/contracolonização digital. Entre os primeiros, como pensar a construção de soberania digital popular para além da mera regulação jurídica nacional a internacional das plataformas digitais e da inteligência artificial, e a relação entre aceleração monotecnológica e a crise climática e ambiental global. Entre os segundos, o estudo de casos concretos de produção de tecnologias e saberes tecnológicos que tensionem o bionecropoder moderno, assim como a pesquisa sobre cosmotécnicas invisibilizadas pela monotecnologia que possam inspirar ou fornecer elementos para a produção de novos saberes tecnológicos e novas tecnologias de/contracoloniais.



# REFERÊNCIAS

Baschet, J. (2021a). *Adeus ao capitalismo: autonomia, sociedade do bem viver e multiplicidade de mundos*. Autonomia Literária/GLAC.

Baschet, J. (2021b). *A experiência zapatista*. n-1.

Biko, S. (1990). *Eu escrevo o que eu quero*. Ática.

Birhane, A. (2021). Colonização algorítmica da África. Em Em Silva, T. (Org.), *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos* (2ª ed., pp. 167-180). LiteraRUA.

Bispo dos Santos, A. (2020). *Colonização, quilombos: Modos e significados*. Expressão Popular.

Bostrom, N. (2005). A History of Transhumanist Thought. *Journal of Evolution and Technology*, 14(1), 1-25.

Carneiro, S. (2005). Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Em O. I. de Oliveira (Org.), *Racismos contemporâneos* (pp. 49-58). Pallas.

Castells, M. (2015). *O poder da comunicação*. Paz e Terra.

Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. Vêneta.

Condorelli, A. (2017). *Comunicação para uma política de transformação em redes digitais - desidentificação, despossessão, desprogramação*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Fanon, F. (2005). *Os condenados da Terra*. Editora UFJF.

Faustino, D., Lippold, W. (2023). *Colonialismo digital: Por uma crítica hacker-fanoniana*. Boitempo.

Gibson, N. (2011). *Fanonian practices in South Africa*. Palgrave Macmillan.

Gilder, G. (2021). *Vida após o Google: A queda do Big Data e o surgimento da economia de blockchain*. Alta Cult.

Hui, Y. (2020). *Tecnodiversidade*. Ubu.

Kothari, A., Salleh, A., Escobar, A., Demaria, F. & Acosta, A. (2021). *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*. Trans. Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante.

Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. EDUFBA.

Latour, B. (2008). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Editora 34.

Maldonado-Torres, N. (2007). On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, 21(2-3), 240-270.

Malini, F., Antoun, H. (2013). *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Sulina.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. n-1.

Mignolo, W. D. (2003). *The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options*. Duke University Press.

Modiri, J. (2021). Azanian Political Thought and the Undoing of South African Knowledges. *Theoria*, 168 (3), 42-85.

Moura, C. (2019). *Sociologia do negro brasileiro*. Perspectiva.

Pithouse, R. (2008). A politics of the poor. Shack dwellers' struggles in Durban. *Journal of Asian and African Studies*, 43(1), 63-94.

Quijano, A. (2000). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Novos Rumos*, 21(49), 533-580.

Silva, T. (2021). Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em diálogo. Em Silva, T. (Org.), *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos* (2ª ed., pp. 127-145). LiteraRUA.

Tapscott, D., Tapscott, A. (2014). *Blockchain Revolution: How the Technology Behind Bitcoin and Other Cryptocurrencies is Changing the World*. Portfolio.

Toret, J. (2012). Um olhar tecnopolítico sobre os primeiros dias do #15M. Em Cocco, G., Abbagli, S. (Orgs.), *Revolução 2.0 - e a crise do capitalismo global* (1ª ed., pp. 138-150). Garamond.

Wiener, N. (2013). *Cibernética: ou controle e a comunicação no animal e na máquina*. Edgard Blücher.



OBRIGADO!

[antonino.condorelli@ufrn.br](mailto:antonino.condorelli@ufrn.br)